

**FACULDADE PRINCESA DO OESTE (FPO)**  
**CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**  
**EDITAL N° 15/2025**

**LUTA ANTIMANICOMIAL E DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO FILME**  
**HOLOCAUSTO BRASILEIRO**

Marina Araújo Ferraz<sup>1</sup>  
Anderson de Sousa Silva<sup>2</sup>

**INTRODUÇÃO** A formação do Estado Brasileiro, historicamente marcada por raízes higienistas e por fortes vínculos sociais com a exclusão dos indivíduos marginalizados, reflete contemporaneamente os embates humanos em torno da luta antimanicomial. As ideias higienistas retomam concepções antigas de pureza e controle social, nas quais o diferente era visto como ameaça à ordem (Santos, 2021). Essa lógica sustentou práticas excludentes como os manicômios, analisando sobre a óptica do documentário ‘Holocausto Brasileiro’, que representa uma derivação dessa ferramenta, “como é chamado o maior hospício do Brasil, na cidade mineira de Barbacena” (Arbex, 2013 p. 13). Segundo Arbex (2013, p. 13-14) ocorreu a morte de pelo menos sessenta mil pessoas, entre eles negros, alcoólatras, homossexuais e pessoas sem família, essas, excluídas como forma de manutenção social. Assim, a luta antimanicomial no Brasil emerge como resposta a tais condições, visando evitar a repetição da segregação vivida em Barbacena. A Lei nº 10.216/2001, Lei da Reforma Psiquiátrica, inaugura não apenas um novo modelo assistencial em saúde mental, como também oficializa a proteção de direitos humanos, negada por tantas décadas a esses cidadãos. **OBJETIVOS** A pesquisa tem como objetivo principal refletir em como a efetivação dos direitos humanos colabora para a luta antimanicomial no país, à luz do documentário ‘Holocausto Brasileiro’. **METODOLOGIA** O estudo adota uma abordagem qualitativa, descritiva a partir de uma revisão bibliográfica, fundamentada na análise do documentário “Holocausto Brasileiro”, em obras acadêmicas que abordam a luta antimanicomial e os direitos humanos, no livro da autora e na Lei da Reforma Psiquiátrica. As bases de dados acessadas foram: CAPES, Periódico UTFPR, Portal FDSM, Revista UNICURITIBA e SCIELO. O estudo analisou como critério de inclusão: artigos publicados nos últimos

<sup>1</sup> Discente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Princesa do Oeste - FPO. Email: marina.araujo@alu.fpo.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Faculdade Princesa do Oeste - FPO. Email: anderson.sousa@fpo.edu.br

doze anos, no idioma Português. Foram apresentados, primeiramente, 187 estudos que abordam os descritores. Após a filtragem, foram selecionados apenas 4 artigos para a fundamentação do estudo, o livro referente e o documentário. **RESULTADOS E DISCUSSÃO** O Hospital Colônia, à luz do documentário Holocausto Brasileiro, relata situações onde os pacientes sofriam com internações arbitrárias, sem diagnóstico, ausência de vestimentas e alimentação adequada, uso de eletrochoques como tratamento ou repreensão, e outros atestados contra os direitos humanos. Acerca disso, a Lei nº 10.216/2001 constitui um marco histórico ao estabelecer a substituição do modelo manicomial tradicional, garantindo que pessoas com transtornos mentais sejam tratadas como sujeitos de direitos. Contudo, persistem debates sobre a reinserção social, os tratamentos e os recursos para garantir-lhes dignidade. Observa-se que muitos espaços antimanicomiais ainda reproduzem exclusão social. A efetivação da lei enfrenta entraves, como o estigma presente na conjuntura brasileira, exigindo mudanças culturais para romper o antigo ideal higienista. **CONCLUSÕES FINAIS** A partir disso, a luta antimanicomial relacionada com a dignidade da pessoa humana observada no documentário 'Holocausto Brasileiro', reflete a necessidade de um debate acerca da inserção e integração social dessas pessoas, desenvolvendo o senso de convívio digno na busca pela erradicação dos pré-conceitos estabelecidos pelos modelos de pureza antigo e visando a adesão completa da Reforma Psiquiátrica.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Higiene. Holocausto Brasileiro. Hospital Colônia de Barbacena. Luta Antimanicomial.

#### **Referências:**

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro:** vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. 10. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, DF, 9 abr. 2001.

COSTA, Gabriela Faria. Reflexões sobre a dignidade humana na luta antimanicomial no Brasil: uma análise de relatos literários. **R. Dito Efeito**, Curitiba, v. 15, n. 26, p. 54-72, jul./dez. 2024.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Direção: Daniela Arbex. Produção: GloboNews; Coração da Selva. Roteiro: Daniela Arbex. Rio de Janeiro: GloboNews, 2016. 1 vídeo (90 min), son.,. color.

MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo; MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira. **Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 45, n. 128, p. 164-177, jan./mar. 2021.

SANTOS, Bruno Cavalcante Leitão; FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de; DANTAS, Graciella Cajá. Entre manicômios e prisões: a imposição de uma limpeza social. **Revista Relações Internacionais do Mundo Atual**, Curitiba, v. 3, n. 32, 2021.

SILVESTRE, Ana Carolina de Faria; ALMEIDA, Ana Fernanda Silva de. Do holocausto brasileiro à Lei 10.216/01: uma análise da loucura no Estado Democrático de Direito. **Ratio Juris – Revista Eletrônica da Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 3, n. 1, p. 60-70, jan./jun. 2020.